

O QUE SE ESPERA DE UM DIPLOMATA? MUDANÇAS CURRICULARES NO INSTITUTO RIO BRANCO NO GOVERNO BOLSONARO

What is Expected of a Diplomat? Curriculum Changes in the Rio Branco Institute in the Bolsonaro Government

Ricardo Almeida Marques¹

Paulo Afonso Monteiro Velasco Júnior²

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** ricardomarques002@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-6803-6059>

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** pvelascojr@globo.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-7904-1598>

Recebido em: 30 abr. 2022 | Aceito em: 24 jan. 2023.

RESUMO

A utilização do currículo como ferramenta capacitadora de indivíduos, sua função primária, é praticada em qualquer instituição com tal propósito. Entretanto, há a possibilidade de seu uso como um recurso para reprodução de lógicas e visões de mundo específicas, cunhadas de acordo com os interesses das lideranças que o idealizaram. O presente estudo realiza uma análise das mudanças no currículo de ensino do corpo diplomático brasileiro realizadas no governo Bolsonaro, a fim de constatar se elas foram norteadas pelas posturas governamentais, de modo a servir como instrumento de propagação da ideia de realidade das lideranças no poder. A partir do estudo comparativo das grades curriculares anterior e posterior à dita administração, é possível observar que houve inclinações para tal direção com as alterações realizadas na grade, ainda que algumas tenham, a princípio, partido de iniciativas mais pragmáticas.

Palavras-chave: Diplomacia; Currículo; Política Externa.

ABSTRACT

The use of curriculum as a training tool for individuals, its primary function, is practiced in any institution with such purpose. However, there is the possibility of its use as a resource for the reproduction of specific logics and worldviews, coined according to the interests of the leaders who idealized it. This study carries out an analysis of the changes in the teaching curriculum of the Brazilian diplomatic corps carried out during the Bolsonaro governance, in order to verify whether they were guided by government postures, as to serve as an instrument for propagating the idea of reality of the leaders in power. From the comparative analysis of the curricula before and after said administration, it is possible to observe that there were inclinations in that direction with the changes made to the curriculum, although some, at first, began from more pragmatic initiatives.

Keywords: Diplomacy; Curriculum; Foreign Policy.

INTRODUÇÃO

Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, questionamentos surgiram em diversas instâncias sobre a agenda do novo presidente. Em um cenário marcado por rupturas e permanências quanto ao governo de Michel Temer, Vidigal (2019) constata que as principais linhas de continuidade evocam itens como comércio internacional, integração regional e Mercosul (comércio e investimentos); enquanto as diferenças contemplam as relações com os Estados Unidos da América (EUA), a proposta de restrições à China e Venezuela, críticas às Organizações Internacionais (Ois) e Organizações Não-Governamentais (ONGs) e a defesa territorial da Amazônia.

A política externa brasileira passara a se estruturar por dois direcionais interpretativos: um liberal e outro nacionalista. O primeiro “[e]ntende que as relações internacionais se reduzem à

economia; comércio, investimentos e empréstimos são os fatores responsáveis pelo comportamento dos atores; é o funcionamento do mercado que determina o lugar de cada Estado no sistema internacional” (Gonçalves e Teixeira, 2020, p. 195) e o segundo, que “as relações internacionais não são compostas exclusivamente por fatores econômicos (comércio, investimentos e empréstimos), mas também por fatores políticos (segurança e defesa) e por fatores culturais” (Gonçalves e Teixeira, 2020, p. 196). A movimentação ao redor dessas visões e sua dinâmica definiram os rumos da política externa pretendida, ora assumindo caráter econômico, ora defendendo o suposto fator nacionalista, ameaçado, nos discursos das lideranças, pelo chamado “globalismo”.

Constatando-se o redirecionamento da política externa nacional, bem como da imagem considerada “ideal” ao Brasil no exterior, espera-se existir preocupação com a habilitação dos agentes que lidarão com sua defesa pela representação do país e dos interesses nacionais nas esferas de negociação internacional. A mudança dos rumos políticos domésticos afetando as diretrizes junto ao exterior também influenciará na formação dos diplomatas que trabalharão com tal contexto e suas repercussões.

Assim, cabe uma análise do impacto da mudança de liderança nacional na formação curricular do diplomata brasileiro. Uma vez determinadas as novas orientações no âmbito internacional, pela perspectiva curricular tradicional, se tornam necessários conhecimentos específicos para buscá-las. Tais especificidades, independente de motivações, deverão se manifestar no currículo analisado.

O presente artigo traz inicialmente características do curso de formação dos diplomatas brasileiros. Após, discorre sobre inclinações ideológicas do governo Bolsonaro, evidenciando pontos relevantes à discussão. Seguidamente, abordar-se-á como mudanças estruturais curriculares podem ocorrer. Por fim, é realizada a análise curricular nos anos indicados, levando assim aos aspectos conclusivos do tema.

Vale ressaltar que o ensaio é pautado nas grades disciplinares dos períodos, pois, embora a utilização das ementas seja mais precisa, estas são menos acessíveis ao público, além de, por sua dimensão e variedade, demandarem estudos significativamente mais extensos. Destaca-se que houve a tentativa de sua obtenção nos portais governamentais de acesso à informação, porém, como no presente caso, estas não são compiladas pelo instituto em determinados anos, resultando em informações insuficientes para se realizar um estudo comparativo. Justifica-se, assim, o uso das grades, ainda que produza resultados aproximados.

O CURSO DE FORMAÇÃO DOS DIPLOMATAS NO BRASIL

No Brasil, a formação dos diplomatas de carreira é responsabilidade do Instituto Rio Branco (IRBr), criado em 1945 visando a capacitação dos membros do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que se consolidou como academia diplomática, responsável também pelo processo seletivo e os cursos de Altos Estudos, Atualização em Política Externa e Aperfeiçoamento de

Diplomatas (Brasil, 2021). O curso de capacitação dura de três a quatro semestres e lista suas atividades da seguinte forma:

- a) Aulas teóricas e de idiomas;
- b) Módulos profissionalizantes com autoridades na prática diplomática;
- c) Palestras para complementação do conteúdo;
- d) Estágio profissional na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, realizado no último semestre (Brasil, 2021).

Assim o discente harmoniza seus conhecimentos prévios com o fazer diplomático. Possuindo um corpo educacional sólido e processos rigorosos para entrada e qualificação, “pode-se dizer que, no Brasil, o MRE e os diplomatas, enquanto corpo profissional, vêm sendo objeto de um fortalecimento crescente ao longo da história de formação do Estado Nacional” (Cheibub, 1985, p. 113).

Há também o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), consistindo na atualização dos conhecimentos destes. Segundo o anuário de 2020 (Brasil, 2021, p. 28-29), seu objetivo é “aprofundar e atualizar conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas por primeiros secretários”, sendo requisito para a ascensão ao cargo. Existe ainda o Curso de Altos Estudos (CAE), tratando-se da apresentação de um trabalho em formato de tese perante avaliadores, e é condição para a promoção de conselheiro para ministro de segunda classe. Entretanto ele não utiliza uma grade disciplinar como os demais. Há também o Curso de Atualização em Política Externa (CAP), exigência para o cargo de conselheiro. Manter conhecimentos adequados à realidade internacional é fundamental para a ascensão na carreira, evidenciando a preocupação institucional com as informações ministradas.

Os documentos basilares da instituição afirmam que a evolução de seus cursos advém da busca pela excelência ao selecionar, formar e atualizar os diplomatas (Brasil, 2021). Entende-se, então, que o curso de formação é pautado por duas diretrizes essenciais, conquanto não claramente expressas: a formação de profissionais de excelência e sua capacitação a agir com maior nível de autonomia e proatividade. Além disso, buscando o atendimento às necessidades internacionais e interesses nacionais, seus currículos são frequentemente alterados para além da substituição de professores. Idealmente sua organização deve ser pensada atendendo possíveis tendências globais futuras. As etapas desse processo indicam áreas que os profissionais terão mais contato e apontam tendências ao priorizar determinados conteúdos e práticas. Segundo Young (2014, p. 197), “embora permaneça uma atividade prática, a educação se tornou cada vez mais especializada. Os currículos são a forma desse conhecimento educacional especializado e costumam definir o tipo de educação recebida”.

Com isso, é necessário explicitar o valor da estrutura curricular para a experiência do discente. O conhecimento imputado permite não apenas aplicações utilitárias, mas também

molda como o aluno vai além de sua experiência, por vislumbrar possibilidades e alternativas diversas (Deng, 2015). Espera-se que o conhecimento influencie não somente suas habilidades, mas também raciocínios introspectivos, lógicas processuais e leituras de contexto na profissão.

Entretanto o estabelecimento do conhecimento disciplinar não é livre de falhas, sendo pautado pela percepção de um sujeito ou grupo que reproduz tal estrutura por considerá-la, por seus próprios padrões, ideal (Deng, 2015). O conhecimento disciplinar atua como capacitador de indivíduos, porém é baseado em perspectivas específicas, que podem não ser eficazes para englobar a realidade, além de “legitimar” intervenções conscientes no processo educacional. Fatores como interesses e inclinações dos *policymakers* podem influenciar a estrutura curricular. Tal processo ocorre também na elaboração da política externa e decisões a ela concernentes.

Segundo Yee (1996), crenças sobre a realidade fornecem estratégias para a maximização de interesses, servindo de focos, partindo dos quais as lideranças estabelecem relações de causa e efeito, determinam como os interesses envolvidos afetam e são afetados pela realidade, e assim balizam o curso político necessário. A proposta curricular dos profissionais da diplomacia também está sujeita a eles, por atingir diretamente as competências de indivíduos atuantes na prática da política externa. Trata-se, também, de ações organizadas visando objetivos dos *policymakers*.

AS INCLINAÇÕES IDEOLÓGICAS DO GOVERNO BOLSONARO

Sobre o governo Bolsonaro, deve-se evidenciar pontos de continuidade e ruptura com o *modus operandi* anterior, possibilitando a análise de eventuais alterações curriculares no IRBr.

Em termos estratégicos, o Estado brasileiro conservou posições análogas à administração anterior, mantendo ações como o alinhamento aos EUA, baixo investimento na política de integração regional e ênfase em pautas neoliberais (Maringoni, Romano e Berringer, 2021). Deveras, alterações na organização estrutural do MRE e seus desdobramentos já foram mencionadas no plano de governo de Bolsonaro, constatando sua percepção de que a estrutura utilizada não é ideal.

- A estrutura do Ministério das Relações Exteriores precisa estar a serviço de valores que sempre foram associados ao povo brasileiro. A outra frente será fomentar o comércio exterior com países que possam agregar valor econômico e tecnológico ao Brasil.
- Deixaremos de louvar ditaduras assassinas e desprezar ou mesmo atacar democracias importantes como EUA, Israel e Itália. Não mais faremos acordos comerciais espúrios ou entregaremos o patrimônio do Povo brasileiro para ditadores internacionais.
- Além de aprofundar nossa integração com todos os irmãos latino-americanos que estejam livres de ditaduras, precisamos redirecionar nosso eixo de parcerias.
- Países, que buscaram se aproximar, mas foram preteridos por razões ideológicas, têm muito a oferecer ao Brasil, em termos de comércio, ciência, tecnologia, inovação, educação e cultura.
- Ênfase nas relações e acordos bilaterais (Bolsonaro, 2018, p. 79).

Patriotismo, família e elementos religiosos também figuraram recorrentemente nos discursos e influenciaram posturas do governo em âmbito interno e externo. Segundo Maringoni,

Romano e Berringer (2021), atos como a aliança entre Brasil, EUA e Israel em votações na ONU em 2019 pelo embargo à Cuba ou sobre as ocupações na Cisjordânia são expressões de uma corrente de interesses políticos com uma capa ideológica que envolve pontos como Deus, família e Pátria, além do combate ao chamado “globalismo”. Deveras, antiglobalismo e conservadorismo foram eixos em que a política externa do governo Bolsonaro fora organizada (Saraiva e Albuquerque, 2022). Ademais, o alinhamento com os EUA e outros países ocidentais, como mencionado no plano de governo, também a orientaram (Lima e Albuquerque, 2022). Grupos de posicionamento mais pragmático, como os pecuaristas, também ganhariam espaço em discussões de sua seara (Saraiva e Silva, 2019).

Sobre o globalismo, o governo considera-o uma ideologização de diversos conceitos e práticas, como o desconstrucionismo linguístico (separação entre o termo nominal e a realidade buscando relativizar conceitos); a ideologia de gênero (separação da sociedade em termos de gênero, análoga à separação racial) e o ecologismo (transformação de pautas ecológicas em políticas levadas ao extremo). As palavras do ex-Chanceler, Ernesto Araújo (2019b, p. 12), descrevem: “[o] globalismo tenta formular, de maneira canhestra, uma espécie de nova religião, com esses pseudovalores, esses conceitos legítimos, mas que são extrapolados e transformados em ideologia – como os direitos humanos, como a tolerância, como a proteção ambiental”.

Tal percepção advém de supostas iniciativas de superação do conceito de soberania nacional em nome de uma governança global. Segundo os defensores da ideia, organizações como a União Europeia e a ONU seriam ferramentas para a redução da ingerência dos Estados sobre seus próprios assuntos, restringindo sua capacidade de autodeterminação (Coutinho, 2010). Visões mais conservadoras posicionam-se contra tal proposta, enxergando ações de integração entre Estados como movimentos concretos para uma “realidade globalista”.

Ações provenientes dessa perspectiva acabam gerando um ônus material e simbólico ao Brasil. Dentre as quais, lista-se a pretensão de mudança da embaixada brasileira em Israel para Jerusalém, inferindo o reconhecimento da cidade como pertencente aos israelenses (efetivamente, houve a abertura de um escritório de representação comercial na cidade, o que, conquanto menos representativo, também indica tal proposta), o desconforto nas relações Brasil-China com declarações de membros do governo, a saída do Brasil do Pacto Global de Migrações, a consideração de invasão à Venezuela e o posicionamento a favor do embargo a Cuba na ONU. Ainda segundo Araújo (2019a), “[o] Itamaraty existe para o Brasil, não existe para a ordem global. [...] Por muito tempo o Brasil dizia o que achava que devia dizer. Era um país que falava para agradar os administradores da ordem global”.

Nessa perspectiva, a política externa deveria repelir influências “nocivas” do globalismo, favorecendo os valores ocidentais. Em sua vertente ideológica, tal postura encontrara guarida na filosofia de autores como Olavo de Carvalho, que apesar de ter rejeitado inclinações políticas, por defender a “busca da verdade”, abordar a ética religiosa e criticar abertamente a esquerda brasileira, foi tomado por guru intelectual do bolsonarismo (Saraiva e Silva, 2019). Alunos do

filósofo, como Filipe Martins, tornaram-se membros importantes do governo, este sendo nomeado assessor presidencial para assuntos internacionais.

Portanto é percebida, por parte do governo, uma diferença entre o “antes” e o “depois”, salientando que o contraste nas posturas da administração suscitaria outras mudanças, se necessário.

MUDANÇAS INSTITUCIONAIS E O CURRÍCULO

Entende-se que mudanças curriculares no IRBr sejam principalmente motivadas por três fatores: adequar-se à reorientação política do governo; aos interesses nacionais no exterior, advindos da supracitada mudança; e à realidade internacional proveniente das ações do governo anteriormente elencadas.

Instituições, mesmo as consideradas insuladas, podem sofrer mudanças por vezes repentinas. Efetivamente, instituições são constantemente reinterpretadas pelos grupos no poder, buscando adequá-las às suas prioridades e preferências (Capoccia, 2016). Com o Itamaraty não é diferente. Câmbios institucionais são expressos no decreto nº 9.683 de 9 de janeiro de 2019, que oficializou alterações estruturais no MRE, como a criação das secretarias de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas, e de Política Externa Comercial e Econômica (todas condensando pastas já existentes em suas áreas), além de flexibilizar o sistema de nomeação e qualificação a seus cargos (Brasil, 2019a).

Em instituições educacionais, os currículos podem sofrer alterações quando necessário. Mudanças na estrutura de formação do corpo diplomático seriam não apenas politicamente prováveis, como também tecnicamente plausíveis e legítimas. A adição ou remoção de disciplinas, ainda que com razões político-ideológicas, não seriam anomalias, podendo inclusive passar despercebidas em análises. No caso do IRBr, o dinamismo do objeto de estudo e a curta duração do curso permitem maior volubilidade curricular. Ademais, a presença do CAD como método de “atualização dos conhecimentos” reforça o peso institucional de um currículo adequado.

Existem diversos padrões de mudança em estruturas curriculares. McNeil (1969) define a seguinte tipologia:

- a) Substituição – quando um elemento substitui outro existente. Por exemplo, mudança de material didático.
- b) Alteração – quando novos conteúdos, materiais ou procedimentos são adicionados;
- c) Perturbações – mudanças que podem interromper o programa, mas são adequadas com o tempo. Por exemplo, alterações nos horários de aulas pelos professores;
- d) Reestruturação – quando todo o sistema escolar é mudado. Por exemplo, a adoção de currículo novo inteiro para professores e alunos;

e) Orientação de valor – adoção de novas filosofias ou orientações curriculares pelos professores. Caso não se sujeitem à proposta, tal mudança costuma durar pouco.

Outrossim, pode-se elencar os motivos das mudanças. Mondal e Das (2021) listam: adequação aos avanços no conhecimento; incorporação do progresso tecnológico; consideração das necessidades, interesses e habilidades discentes; novos métodos de ensino; adequação à globalização; e avanços na pesquisa curricular propriamente dita.

Com as definições elencadas, torna-se viável analisar o caso proposto, sobretudo quanto a motivações e teor de eventuais mudanças.

MUDANÇAS CURRICULARES NO CURSO DE FORMAÇÃO DE DIPLOMATAS EM 2020

Possuindo os elementos para a análise da estrutura curricular, esta deve ser realizada apoiada nas informações dos anuários do IRBr de 2019 e 2020, escolhidos por retratarem governos diferentes. O currículo do ano corrente é determinado no anterior, sendo, portanto, reflexo do governo vigente naquele período, daí a consideração dos anuários informados para retratar respectivamente os anos 2018 (governo Temer) e 2019 (governo Bolsonaro).

Deve-se mencionar que houve algumas alterações pelo Chanceler no currículo de 2019, o que já representa certa ingerência sobre decisões anteriormente tomadas. Entretanto os pontos mais significativos foram a adição das disciplinas “Clássicos I e II” e a remoção de “História dos Países da América Latina” (Brasil, 2019b). Tais mudanças ilustram a disposição do governo em alterar as grades em questão, sobretudo considerando estarem diretamente alinhadas com os rumos tomados na política externa e/ou discursos do governo, respectivamente a evocação de conteúdos clássicos de raízes judaico-cristãs e greco-romanas, e a saída do país da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e da CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), bem como o alinhamento com Estados como os EUA e Israel³. Ainda assim, entende-se que os demais pontos remanescentes em 2019 seguem representando minimamente uma realidade anterior à mudança de governo.

Apresenta-se adiante a lista de matérias obrigatórias de ambos os períodos, englobando as turmas de 2019-2020 e 2020-2021. As matérias optativas se mantiveram (Árabe I e II, Russo I e II e Chinês I e II), e as ofertadas a alunos estrangeiros não serão consideradas, por serem direcionadas a um subgrupo específico.

Quadro 1 - Disciplinas Obrigatórias - Turma de 2019-2020

Administração Pública
Clássicos I e II
Defesa, Segurança e Política Externa

³ Vale mencionar que também houve impactos institucionais na estrutura do Itamaraty, como a absorção da Secretaria da América Latina e Caribe e seus departamentos pela recém-criada Secretaria de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas, de escopo mais amplo e com um departamento dedicado aos EUA.

Diplomacia e Relações Públicas
Direito Internacional Público I e II
Economia
Espanhol I e II
Francês I e II
História e Pensamento Diplomático Brasileiro
Inglês I e II
Linguagem Diplomática
Organizações Econômicas Internacionais e Contenciosos
Política Internacional I e II
Técnicas de Negociação

Fonte: Anuário do IRBr (2019)

Quadro 2 - Disciplinas Obrigatórias - Turma de 2020-2021

Administração Pública
Clássicos I e II
Defesa, Segurança e Política Externa
Direito Internacional Público I e II
Economia
Espanhol I e II
Francês I e II
História da Política Externa Brasileira
Inglês I e II
Linguagem Diplomática I e II
Organizações Econômicas e Internacionais e Contenciosos
Planejamento Diplomático
Política Internacional I e II
Técnicas de Negociação

Fonte: Anuário do IRBr (2020)

Ademais, o CAD abriu duas turmas em cada um dos anos estudados, com cinco disciplinas cada. As edições de 2019 (LXIX CAD e LXX CAD) apresentaram as matérias “(I) diplomacia econômica e comercial; (II) assuntos consulares e migratórios; (III) administração pública e gestão

do Ministério das Relações Exteriores; (IV) negociações políticas bilaterais; e (V) defesa, segurança e soberania” (Brasil, 2020, p. 43), não havendo nelas registro de mudança.

A primeira edição de 2020 (LXXI CAD) adotou a seguinte distribuição curricular: “(I) diplomacia econômica e comercial; (II) assuntos consulares e migratórios; (III) administração pública e gestão do Ministério das Relações Exteriores; (IV) negociações políticas bilaterais e regionais; e (V) assuntos políticos multilaterais” (Brasil, 2021, p. 42). A segunda edição (LXXII CAD) trouxe uma mudança específica: a disciplina “negociações políticas bilaterais e regionais” fora substituída por “negociações políticas bilaterais”.

A maior parte do currículo se manteve, porém foram verificadas modificações. São elas:

Nos cursos de formação:

- Remoção de “Diplomacia e Relações Públicas” e “História e Pensamento Diplomático Brasileiro”;
- Adição de “História da Política Externa Brasileira” e “Planejamento Diplomático”;
- Divisão de “Linguagem Diplomática” em duas (Linguagem Diplomática I e II).

Nos cursos de atualização:

- Substituição de “Negociações Políticas Bilaterais e Regionais” por “Negociações Políticas Bilaterais”.

Primeiramente, a remoção de “História e Pensamento Diplomático Brasileiro”, e a subsequente adição de “História da Política Externa Brasileira” refletem o enfoque histórico maior em fatos do que em pensamentos (enquanto cursos de reflexão e ação). Atribui-se tal mudança à necessidade, pelas lideranças políticas, de organizar suas análises históricas em torno de acontecimentos, em detrimento de ideias e filosofias no campo diplomático. Seria, portanto, uma tentativa de não reprodução de suposto ideário, porém resguardando o essencial estudo de aspectos históricos. Ressalta-se que o professor de ambas as disciplinas é o diplomata Sérgio Abreu e Lima Florêncio. Assim, esse processo não trouxe novos indivíduos, mas alterou o foco de conteúdo ministrado. Vale mencionar que ele já realizou estudos em conjunto com o ex-Chanceler, sendo o mais expoente o livro “Mercosul Hoje”, tendo sua primeira edição publicada em 1996.

Outro ponto é a remoção da disciplina “Diplomacia e Relações Públicas”. Aqui, cabe trazer a definição do termo “Relações Públicas”. L’Etang (2009) define como a gestão das relações e reputação organizacional, abrangendo comunicação corporativa, contato com o público, responsabilidade social corporativa, etc., lidando, portanto, com relações organizacionais, e em última instância a reputação dos envolvidos. Associando-se com o ofício da diplomacia, é possível trazer o conceito de “diplomacia pública”, caracterizada pelo debate e negociação entre

diplomatas profissionais para diversos fins, envolvendo estratégias de promoção e persuasão, e sua relação com a mídia (L'Etang, 2009).

A partir dessa definição, entende-se que, com a retirada da disciplina, mitiga-se os aspectos de imagem e reputação evocados pelo corpo diplomático. Conquanto tais elementos sejam essenciais à função do diplomata, instruir os discentes em uma perspectiva menos preocupada com as relações para com a sociedade internacional (possivelmente favorecendo Estados específicos) significa também parte do suposto “combate ao globalismo”. Tal remoção ainda presume a redução do diálogo com a sociedade brasileira, diminuindo também a disposição em apresentar transparência, publicidade e prestação de contas das ações diplomáticas.

Outro ponto é a transformação da disciplina “Linguagem Diplomática” em duas, ato que estende seu tempo de estudo. A disciplina é importante ao se considerar a linguagem como meio para construção do consenso e colaboração entre nações. Outrossim, evidencia-se o dinamismo do tópico: como acontecimentos históricos afetam o léxico diplomático, expressões como “cortina de ferro” perdem espaço para outras como “terrorismo” (Ricci, 2017). A ênfase em seu estudo aparenta ser reflexo do dinamismo do sistema internacional atual, lidando com realidades novas, motivadas por acontecimentos como a pandemia, crises econômicas, xenofobia e separatismo. A princípio, não parece atender particularidades do governo.

Há também a adição da disciplina “Planejamento Diplomático”. Seu conteúdo revolve na elaboração de cursos de ação diplomáticos, pois “[a] projeção do País no cenário mundial faz com que sua agenda diplomática se torne a cada dia mais complexa” (Brasil, 2007, p. 13), sendo importante o planejamento e acompanhamento de suas posições defendidas internacionalmente. Considera-se a disciplina uma resposta às necessidades sistêmicas, dado o aumento da complexidade pela projeção nacional e o caráter multifacetado do Sistema Internacional, sobretudo considerando que ela já figurara em currículos anteriores.

Por fim, cabe falar sobre a alteração no CAD: a disciplina “Negociações Políticas Bilaterais e Regionais” torna-se “Negociações Políticas Bilaterais”. A diferença verificada é a inferência à remoção dos conteúdos de cunho regional, observada já em seu nome. Considerando que a disciplina dá enfoque maior às questões bilaterais, tal mudança é associada com a postura do governo em priorizar relações diretas com certos Estados, como EUA e Israel, em detrimento das que envolvem seu entorno regional enquanto grupo.

Posturas como a do Ministro da Economia, Paulo Guedes, mostram tal preferência desde o início do governo. Este declarou, após as eleições, que o Mercosul era restritivo, não sendo prioridade (Ferraz, 2021). Isso é evidenciado na redução da centralidade das iniciativas regionais pelo Brasil, sendo exemplos sua saída da UNASUL em 2019 e da CELAC, anunciada em 2020, a redução de relações em outros âmbitos fora o econômico, e os desentendimentos com parceiros regionais por discordâncias ideológicas, sobretudo Argentina e Venezuela (Simões, 2019; Simão e Uebel, 2021). Ademais, o próprio plano de governo já explicitava a ênfase aos negócios bilaterais em detrimento de relações multilaterais ou de bloco, especialmente com regiões favorecidas pelo

suposto prediletismo ideológico anterior. Tal ação manifesta, afinal, reflexos sutis no plano curricular praticado.

CONCLUSÃO

O IRBr defende que, pela natureza do objeto de ofício, seus currículos devem ser mutáveis, refletindo o dinamismo e a multidimensionalidade do Sistema Internacional. Alterar disciplinas e métodos é não somente esperado como regularmente encorajado. Tal fato, porém, possibilita a utilização do currículo para propagar conceitos e definições originados de interesses das lideranças, inclusive ignorando o pragmatismo. Dado já ser previsto o dinamismo de sua base curricular, tais alterações não seriam surpreendentes, além de facilmente “justificadas”. A ingerência do Chanceler no conteúdo da administração anterior e a forma que ela foi feita reforçam a disposição do governo em a alterar a organização curricular acomodando sua visão de realidade.

Embora ocorridas mudanças atendendo exigências do Sistema Internacional, como o aumento da carga de “Linguagem Diplomática” e a adição de “Planejamento Diplomático”, outras são efetivamente reflexos das posturas do governo. Uma dessas alterações seria a remoção da disciplina “Diplomacia e Relações Públicas”, refletindo a ideia do “combate ao globalismo”, defendida pelo ex-Chanceler. A redução de conteúdo referente ao relacionamento com a população sinaliza uma diminuição da preocupação com tal elemento pelo diplomata “ideal”, implicando em menor transparência e publicidade ao fazer diplomático, e assim a redução ou remoção da prestação de contas à sociedade.

Outra seria a remoção do aspecto regional da disciplina “Negociações Políticas Bilaterais e Regionais” do CAD. Entende-se que, para adequar-se à realidade brasileira no cenário internacional, deve-se enfatizar relações bilaterais em detrimento das relações com blocos ou grupos. Esse ponto consta no plano de governo de Bolsonaro, sendo verificável em atos como a predileção por negócios diretos com os EUA e Israel e a redução de importância do Mercosul. A mudança supracitada ocorreu para preparar os diplomatas a tal realidade.

O currículo é um dos pilares da atuação profissional, determinando parte da perspectiva do indivíduo, além de seus conhecimentos e posturas ao lidar com realidades vindouras. No âmbito diplomático não é diferente. Porém o currículo de formação dos diplomatas pode favorecer certa visão de mundo, ao invés de prepará-los para atuar em qualquer contexto necessário. Embora sensíveis, algumas mudanças verificadas corroboram efetivamente com a visão do governo, contribuindo, mesmo que não intencionalmente, com a perpetuação de certos aspectos dele.

Cabe aos *policymakers* e autoridades a elaboração de currículos que reflitam visões de mundo comedidas e habilitem os diplomatas a atuarem eficaz e equilibradamente em diversos contextos, pois tal área é, segundo os documentos do instituto, extremamente dinâmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araújo, E. (2019a). *Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores*. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-embaixador-ernesto-araujo-na-cerimonia-de-posse-como-ministro-das-relacoes-exteriores-em-brasilia-02-01-2019>. [Acesso em: 20 março 2022].

Araújo, E. (2019b). 'Globalismo: uma visão a partir do pensamento de Nietzsche'. *Cadernos de Política Exterior*, 5(8), pp.5-14.

Bolsonaro, J. (2018). *Plano de Governo - O Caminho da Prosperidade*. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614528/proposta_1534284632231.pdf. [Acesso em: 19 março 2022].

Brasil (2019a). *Decreto Nº 9.683, 9 de Janeiro de 2019*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9683.htm. [Acesso em: 25 outubro 2022].

Brasil (2019b). *Programa de Trabalho do Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco*. Pp.1-10.

Brasil (2021). *Anuário do Instituto Rio Branco, 2020*: Brasília: Ministério das Relações Exteriores.

Brasil (2020). *Anuário do Instituto Rio Branco, 2019*: Brasília: Ministério das Relações Exteriores.

Brasil (2007). *Repertório de política externa: posições do Brasil*. - Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

Capoccia, G. (2016). 'Critical Junctures'. *The Oxford Handbook of Historical Institutionalism*. Oxford: Oxford University Press.

Cheibub, Z. (1985). 'Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica'. *Revista de Ciências Sociais*, 28(1), pp.113-131.

Coutinho, S. (2010). *Cenas da Nova Ordem Mundial: uma visão do mundo como ele é*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

Deng, Z. (2015). 'Michael Young, knowledge and curriculum: an international dialogue'. *Journal of Curriculum Studies*, 47(6), pp.723-732.

Ferraz, K. (2021). 'O Mercosul e a Pandemia da Covid 19: considerações sobre a atuação do Estado brasileiro no enfraquecimento do bloco'. XVIII Congresso Internacional FoMerco. Disponível em: https://www.congresso2021.fomerco.com.br/resources/anais/14/fomerco2021/1635269606_A RQUIVO_0d6f852af4ccc8cc00789807e0a7506d.pdf. [Acesso em 21 março 2022].

Gonçalves, W. Teixeira, T. (2020). 'Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA'. *Sul Global*. 1(1), pp.192-211.

- L'Etang, J. (2009). 'Public Relations and Diplomacy in a Globalized World: An Issue of Public Communication'. *American Behavioral Scientist*, 53(4), pp.607-626
- Lima, M. Albuquerque, M. (2022). 'Uma política externa eleitoralmente orientada'. *Le Monde Diplomatique*, 01 fevereiro, ed.175.
- Maringoni, G. Romano, G. Berringer, T. (2021). "Política externa brasileira em um mundo em transformação: o governo Bolsonaro". In: MARINGONI, G. ROMANO, G. BERRINGER, T. *As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação*. Santo André: EdUFABC, pp.7-19.
- McNeil, J. (1969). 'Forces Influencing Curriculum'. *Review of Educational Research*. 39(3), pp.293-318.
- Mondal, N. Das, A. (2021). 'Overview of Curriculum Change: a brief discussion'. *EPRA International Journal of Multidisciplinary Research (IJMR)*. 7(3), pp.260-265.
- Ricci, V. (2017). De notas à imprensa a press releases: uma proposta de glossário diplomático português-inglês a partir de estudo direcionado por corpora. Dissertação de Mestrado, Estudos de Tradução/Universidade de Brasília.
- Saraiva, M. Silva, A. (2019). 'Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro'. *Relações Internacionais*. 64, pp.117-137.
- Saraiva, M. Albuquerque, F. (2022). 'Como mudar uma política externa?' *CEBRI-Revista*. 1(1), pp.148-166.
- Simão, A. Uebel, R. (2021). 'A integração latino-americana em tempos de pandemia: agendas, perspectivas e o (des)protagonismo do Brasil'. *Sul Global*. 2(3). pp.61-87.
- Simões, R. (2019). 'A Modificação da Postura Brasileira na Unasul: da criação à formalização da saída do bloco (2008-2019)'. *Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil*, 8, pp.1-8.
- Vidigal, C. (2019). 'Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira'. *Meridiano 47*, 20.
- Yee, A. (1996). 'The Causal Effects of Ideas on Policies'. *International Organization*, 50(1), pp.69-108.
- Young, M. (2014). 'Teoria do Currículo: o que é e por que é importante'. *Cadernos de Pesquisa*, 44(151), pp.190-202.